

Ofício COG/024/14

Assunto: Prestação de Contas 2013.

Ribeira Grande, 10 de abril de 2014.

Exmo. Senhor Presidente,

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetida à apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, a Prestação de Contas desta Prefeitura Municipal, relativa ao exercício de 2013, elaborada em conformidade com as Instruções nº 02/2008 do TCESP.

O presente relatório, que analisa os principais aspectos da gestão econômico-financeira desta Prefeitura, vai acompanhado dos seguintes documentos:

- 01 - relatório de atividades desenvolvidas e dados estatísticos;
- 02 - certidão com os nomes dos responsáveis pelo controle interno, tesouraria, almoxarifado, patrimônio, Conselho da Saúde, Conselho da Educação, Pregoeiro, COPEL, e pelas áreas da Saúde, Educação, Compras, Finanças, Recursos Humanos, Assessoria Jurídica, Contabilidade, (Departamento ou Coordenadoria Municipal), com os respectivos períodos de gestão, afastamentos e substituições;
- 03 - cópia da lei de fixação dos subsídios e eventuais alterações;
- 04 - balanço orçamentário individual e consolidado;
- 05 - balanço financeiro individual e consolidado;
- 06 - demonstração das variações patrimoniais, individual e consolidado;
- 07 - balanço patrimonial individual e consolidado;
- 08 - cópia do boletim de caixa e bancos de 31 (trinta e um) de dezembro.
- 09 - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional do responsável pelos balanços e demonstrações contábeis;
- 10 - demonstração da receita e despesas por categoria econômica;
- 11 - relação das licitações realizadas, separadas por modalidade;
- 12 - relação das despesas efetuadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação, nos casos enquadrados na exigência de ratificação do ato prevista no artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
- 13 - relação de contratos realizados;
- 14 - relação de desapropriações efetivadas;
- 15 - declaração negativa quanto à relação dos contratos de concessão e permissão de serviços públicos, firmados ou em vigor no exercício em exame;
- 16 - declaração negativa quanto à relação dos contratos de programa firmados no exercício com consórcio público, no âmbito da gestão associada de serviços públicos;
- 17 - declaração quanto à existência de programa em vigor no exercício, firmados com entes federativos por força de convênios de cooperação, no âmbito da gestão associada de serviços públicos;
- 18 - analíticos de todos os repasses financeiros ao Terceiro Setor efetuados no exercício;
- 19- declaração negativa quanto à relação de obras de arte e objetos históricos adquiridos no período;
- 20 - Relação de ofícios requisitórios de pequeno valor (sentenças judiciais) pagos em 2013;
- 21 - declaração negativa de que em 2013 não teve nenhum precatório para pagamento;
- 22 - declaração negativa quanto à relação das ações negociadas (aquisição e venda), contendo: empresa; tipo; quantidade e valor e as instituições envolvidas na operação;
- 23 - declaração negativa quanto à declaração sobre a existência de fundos especiais e participação em sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações (instituídas ou mantidas pelo Poder Público), autarquias, consórcios entre municípios ou entidades municipais;
- 24 - Declaração atestando que não houve alteração na norma instituidora do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério.
- 25 - Declaração que não houve alteração no termo de convênio e respectiva lei autorizadora da municipalização do ensino.
- 26 - Declaração que não houve alteração na lei municipal que regulamenta a realização de despesas sob o regime de adiantamento.

- 27 – Declaração que não houve alteração na Lei de criação do Fundo Municipal de Saúde.
- 28 – Declaração que não houve alteração na lei de criação do Conselho Municipal de Saúde.
- 29 - cópia do protocolo de entrega gerado pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos – SIOPS, atestando o envio do relatório ao Ministério da Saúde, bem como a carta dirigida ao Conselho Municipal de Saúde;
- 30 - declaração negativa quanto à cópia dos demonstrativos enviados pelos consórcios públicos com as informações das despesas realizadas com os recursos entregues em virtude dos contratos de rateio;
- 31 - declaração negativa quanto à declaração de ocorrência de alteração ou extinção de contrato de consórcio público e/ou convênio de cooperação;
- 32 - declaração negativa quanto a cópias do ato formal de comunicação e da lei embasadora no caso de o Município ter se retirado de consórcio público do qual fazia parte.
- 33 - declaração negativa quanto a plano diretor atualizado;
- 34 - Demonstrativo de Crédito Adicional
- 35 – Planilha SIAP.

Os resultados constantes dos documentos relacionados, com suas peças analíticas complementares, objetivam oferecer condições para uma ampla visão de situação econômico-financeira, que, de modo geral, reflete toda a ação administrativa desta Prefeitura.

A execução orçamentária foi realizada em consonância com os dispositivos da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, "Que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos Orçamentos e Balanços da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal, conforme pode ser observado nas peças contábeis que acompanham a presente Prestação de Contas".

Assim sendo, passamos à análise do Balanço isolado da Prefeitura do exercício de 2013, em seus aspectos, Orçamentário, Financeiro, Econômico e Patrimonial.

I – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Lei Municipal nº 1096 de 26/11/2012, que aprovou o Orçamento para o exercício que se examina, estimou a Receita e fixou a Despesa para o Executivo no valor de R\$ 31.800.000,00, (trinta e um milhões e oitocentos mil reais), sendo R\$ 28.417.200,00 nas fontes: Ordinário, Fundeb, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Habitação e Int. Social – FMHIS; R\$ 1.102.800,00 na Câmara Municipal e R\$ 2.280.000,00 no Seprem.

1. RECEITA

Execução Orçamentária

A receita orçamentária bruta efetivamente arrecadada foi de R\$ 28.811.838,10 (vinte e oito milhões, oitocentos e onze mil, oitocentos e trinta e oito reais e dez centavos), porém com os cancelamentos e deduções do FUNDEB no valor de R\$ 3.263.897,74 (três milhões, duzentos e sessenta e três mil, oitocentos e noventa e sete reais e setenta e quatro centavos), resultou uma receita líquida de R\$ 25.547.940,36 (vinte e cinco milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e quarenta reais e trinta e seis centavos).

Em resumo, da receita total R\$ 25.547.940,36 (vinte e cinco milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e quarenta reais e trinta e seis centavos), se excluirmos as receitas provenientes do Seprem na importância de R\$ 1.853.066,53 (um milhão, oitocentos e cinquenta e três mil, sessenta e três reais e cinquenta e três centavos), a receita efetiva da Prefeitura ficou em R\$ 23.694.873,83 (vinte e três milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, oitocentos e setenta e três reais e oitenta e três centavos).

2. DESPESAS

Execução Orçamentária

Na execução orçamentária da Despesa, acrescentou-se o valor de R\$ 6.697.384,04 (seis milhões, seiscentos e noventa e sete mil, trezentos e oitenta e quatro reais e quatro centavos), provenientes de créditos adicionais, como seguem:

Suplementares	R\$	6.278.793,15
Especiais	R\$	418.590,89
Total	R\$	6.697.384,04

Os recursos utilizados na oportunidade, para abertura desses créditos, foram os seguintes:

Anulação de Dotações	R\$	3.721.796,55
Excesso de Arrecadação	R\$	0,00
Superávit Financeiro	R\$	2.905.587,49
Operação de Crédito	R\$	0,00
Total	R\$	6.697.384,04

Depois de alterada pelos créditos abertos, a despesa orçamentária autorizada ficou fixada em R\$ 33.154.988,02 (trinta e três milhões, cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e oitenta e oito reais e dois centavos). Considerando que as despesas empenhadas no exercício atingiram a cifra de R\$ 26.878.712,11 (vinte e seis milhões, oitocentos e setenta e oito mil, setecentos e doze reais e onze centavos), o que resultou em uma diferença a menor de R\$ 6.276.275,91 (dois milhões, duzentos e setenta e seis reais, duzentos e setenta e cinco reais e noventa e um centavos) do que a despesa fixada.

O movimento da despesa assim se resume:

Despesa Fixada	R\$	33.154.988,02
Despesas Empenhadas	R\$	26.878.712,11
Diferença	R\$	6.276.275,91

3. RESULTADO DA EXECUÇÃO

Resumindo-se a execução orçamentária consolidada (Prefeitura, Câmara e SEPREM), vimos que o exercício ora examinado apresentou um déficit de R\$ 1.330.771,75 (um milhão, trezentos e trinta mil, setecentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos).

Arrecadação da Receita:

Receita Orçamentária	R\$	25.547.940,36
Desp Orç e Suplementares	R\$	26.878.712,11
Diferença	R\$	1.330.771,75

Cabe esclarecer que o déficit se deu em função de rendimentos negativos de aplicações financeiras do SEPREM-RG, os quais foram contabilizados como despesas orçamentárias por aquela entidade.

Considerando apenas a Execução Orçamentária da Prefeitura temos um superávit de R\$ 382.490,46 (trezentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta e seis centavos):

Receita Orçamentária	R\$	23.694.873,83
Desp Orç e Suplementares	R\$	23.312.383,37

Diferença

R\$ 382.490,46

II – BALANÇO FINANCEIRO

1. RECEITAS

Execução Financeira

Considerando as Fontes: Prefeitura Municipal, Fundeb, Fundo de Saúde, Fundo de Assistência Social, FMHIS, Câmara Municipal e Seprem.

As operações orçamentárias das receitas arrecadadas por fontes alcançaram no exercício a cifra de R\$ 25.547.940,36 (vinte e cinco milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e quarenta reais e trinta e seis centavos), e estão assim distribuídas por Categoria Econômica:

Receitas Correntes	R\$ 26.274.084,48
Receitas de Capital	R\$ 1.662.253,76
Receitas Intragovern.	R\$ 875.499,86
(-) Dedução Rec. – Fundeb	R\$ 3.263.897,74
Soma	R\$ 25.547.940,36

2. DESPESAS

Execução Orçamentária

As operações orçamentárias das despesas realizadas por funções de governo somaram R\$ 26.878.712,11 (vinte e seis milhões, oitocentos e setenta e oito mil, setecentos e doze reais e onze centavos).

3. RESULTADO DA EXECUÇÃO

Houve, neste exercício em exame, um déficit financeiro no montante de R\$ 1.330.771,75 (um milhão, trezentos e trinta mil, setecentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos), conforme quadro que se demonstra a seguir.

Receita Orçamentária	R\$ 25.547.940,36
Despesa Orç Empenhada	R\$ 26.878.712,11
Déficit verificado	R\$ 1.330.771,75

As disponibilidades líquidas de Caixa e Bancos, que foram transferidas do exercício anterior, totalizaram a importância de R\$ 16.472.016,14 (dezesseis milhões, quatrocentos e setenta e dois reais mil, dezesseis reais e quatorze centavos), em decorrência da gestão financeira do exercício, passaram a ser de R\$ 17.132.698,82 (dezessete milhões, cento e trinta e dois mil, seiscentos e noventa e oito reais e oitenta e dois centavos)

O saldo de Caixa e Bancos, no valor de R\$ 17.132.698,82 (dezessete milhões, cento e trinta e dois mil, seiscentos e noventa e oito reais e oitenta e dois centavos), coincide com os existentes no grupo "caixa e equivalente de caixa" do Balanço Patrimonial, o que demonstra a sua exatidão.

III– DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (ECONÔMICO)

O exercício encerrado apresentou um déficit da ordem de R\$ 1.039.177,77 (um milhão, trinta e nove mil, cento e setenta e sete reais e setenta e sete centavos), conforme demonstrado abaixo:

Resultantes da Execução Orçamentária

VPA	R\$ 30.577.914,21
VPD	R\$ 31.617.091,98
	<hr/>
	R\$ 1.039.177,77

IV– BALANÇO PATRIMONIAL

Este Balanço foi levantado em obediência às normas legais, e em especial, as estabelecidas na Lei nº 4.320/64, compreendendo ATIVO e PASSIVO.

Para melhor esclarecimento dos elementos que compõem este Balanço, devemos examinar o Anexo nº14 que integra esta peça.

1. ATIVO CIRCULANTE

Este grupo representa os créditos e valores de curto prazo, inclusive valores numerários.

1.1. Caixa e Equivalente de Caixa

Representa este sub-grupo montante das disponibilidades em poder da Tesouraria, ou em forma de depósitos em bancos de livre movimentação, como também as contas especiais, as quais para serem movimentadas obedecem a disposições legais, regulamentadas ou contratos.

Aqui encontramos os saldos de Caixa com R\$ 165.075,23; bancos contas movimento e aplicações financeiras da Prefeitura R\$ 3.626.341,36; conta movimento da Câmara Municipal R\$ 76.898,03; conta caixa SEPREM R\$ 0,10, bancos conta movimento do RPPS R\$ 11.822,29; fundos de aplicação financeira do RPPS R\$ 13.252.561,81. Perfazendo assim um total de R\$ 17.132.698,82 (dezesete milhões, cento e trinta e dois mil, seiscentos e noventa e oito reais e oitenta e dois centavos).

1.2. Demais Créditos e Valores a curto prazo temos o valor de R\$ 10.946,66

2. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Este grupo representa os crédito e valores de longo prazo, que são aqueles com disponibilidade superior a um ano.

2.1 Créditos realizáveis a longo prazo

Representa os créditos a receber a longo prazo. Encontra-se aqui os valores a título de Dívida Ativa, que em 31.12.2013 estava com a marca de R\$ 988.205,91 (novecentos e oitenta e oito mil, duzentos e cinco reais e noventa e um centavos) .

2.2. Investimentos Temporários a Longo Prazo

Representam este sub-grupo, os investimentos do SEPREM referentes a título do Tesouro Nacional, atingindo a cifra R\$ 1.725.965,29 (um milhão, setecentos e vinte e cinco mil, novecentos e sessenta e cinco reais e vinte e nove centavos).

2.3 Ativo Imobilizado

Este grupo representa os bens, créditos e valores que para serem movimentados ou alienados, dependem de autorização Legislativa.

Encontramos neste grupo os saldos das contas concernentes.

Imobilizado	R\$	8.918.983,34
Total ativo Imobilizado	R\$	8.918.983,34

3. PASSIVO CIRCULANTE

Este grupo representa os compromissos exigíveis e curto prazo de débitos de natureza financeira.

Suas contas demonstraram os seguintes saldos:

Pessoal a Pagar	R\$	646.495,34
Fornecedores a pagar	R\$	627.950,86
Demais Obrigações	R\$	238.279,61
Total geral passivo circ.	R\$	1.512.275,84

4. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Este grupo representa as Reservas Matemáticas do Seprem; saldo a pagar de Operação de Crédito junto ao BNDES – Programa Próvias; bem como Precatórios a pagar:

Operação de Crédito	R\$	208.333,24
Precatórios depositados no TJSP	R\$	20.389,01
Obrigações do Seprem	R\$	15.927.069,96
Total geral passivo Não Circulante	R\$	16.155.792,21

Procuramos, no presente relatório retratar os principais aspectos da gestão financeira do exercício ora encerrado, com clareza e objetividade e pondo-nos a disposição dessa Egrégia Casa de Leis para quaisquer outros esclarecimentos que se tornarem necessários.

Sem mais, aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência e demais Edis os elevados protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

JOAQUIM BRISOLA FERREIRA
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
MILTON DOMINGOS MOREIRA
DD. Presidente da Câmara Municipal de Ribeiraõ Grande